

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA-**PIBIC**

REPRESENTAÇÕES DO URBANO E APROPRIAÇÃO ESPACIAL NA
CIDADE DE MANAUS, O CASO DOS YE'PÁ-MÂSHA

Bolsista: Aldenises Moraes Moutinho, CNPq

MANAUS – 2010

REPRESENTAÇÕES DO URBANO E APROPRIAÇÃO ESPACIAL NA
CIDADE DE MANAUS, O CASO DOS YE'PÁ-MÂSHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA-**PIBIC**

RELATÓRIO FINAL
PIB-H/0058/2009

REPRESENTAÇÕES DO URBANO E APROPRIAÇÃO ESPACIAL NA
CIDADE DE MANAUS, O CASO DOS YE'PÁ-MÂSHA

Bolsista: Aldenises Moraes Moutinho, CNPq.
Orientador: José Exequiel Basini Rodriguez

MANAUS-2010

Pesquisa, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - **PIBIC** da Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Este relatório contém resultados finais da pesquisa intitulada *Representações do Urbano e apropriação espacial na cidade de Manaus, o caso dos Ye'pá-mâsha* (PIB-H/0058/2009), que constitui um avanço do projeto *Cartografia das alteridades cosmológicas indígenas e de estética de territorialização no continuum Manaus- Alto Rio Negro*, e objetivou compreender e analisar a vida desses indígenas que habitam a zona urbana de Manaus. Nossa meta principal foi compreender como se dá a dinâmica dos indígenas no contexto urbano da cidade de Manaus, no sentido de organização étnica, política, social e econômica, sua apropriação do espaço da cidade, os padrões residenciais e que políticas são desenvolvidas pelos gestores administrativos estaduais e municipais que os beneficiem com moradias dignas onde estes possam se sentir num espaço condizente com aquele de sua comunidade de origem.

Palavras - chaves: representações do urbano, dinâmicas territoriais, Ye'pá-mâsha, gestão pública.

LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figuras 1, 2,3 -----	38
Figura 4 -----	41
Figura 5,6 -----	46
Figura 7 -----	47
Figura 8,9 -----	47
Tabela 1 -----	21

SUMÁRIO

1-	Introdução	09
2 -	Fundamentação Teórica	15
2.1 -	Dinâmicas territoriais	21
2.2 -	Representações do urbano	25
3 -	Resultados finais	29
3.1 -	A entrada a campo	31
3.2 -	As organizações indígenas e indigenistas	32
3.2.1-	AMARN	33
3.2.2-	COIAB	38
3.2.3-	FUNAI	42
3.3 -	Padrões residenciais	44
3.4 -	Intervenção do Estado e município	48
4 -	Conclusão	54
5 -	Referências bibliográficas	56
6 -	Cronograma	58

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS – Áreas especiais de interesse Social

AMARN – Associação das mulheres do Alto rio Negro

AMISM – Associação das mulheres indígenas Sateré-Mawé

APN – Associação Poteríka'ra Numiá

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COIAB – Organizações Indígenas da Amazônia brasileira

COIAM – Confederação das Organizações Indígenas e povos da Amazônia

FEPI – Fundação Estadual dos povos Indígenas

Fio Cruz – Fundação Osvaldo Cruz

FOIRN – Federação das Organizações indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMPLURB- Instituto de Planejamento urbano

ISA- Instituto Socioambiental

MEIAM – Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas

NEAI – Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena

RANI – Registro administrativo de nascimento Indígena

SEIND – Secretaria de Estado para os Indígenas

SEMASHD – Secretaria de Direitos Humanos

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

1. Introdução

A apropriação dos Yê pá-mâsha e outros povos indígenas na cidade de Manaus se configura a uma constante luta territorial, política, econômica, social e cultural pela sobrevivência. A cidade de Manaus como metrópole não foge da tendência de outras capitais de Estado do Brasil, onde o fenômeno urbano explode por consequência de uma demografia intensa, e pautada por uma disputa territorial, cujos campos de representações e de lutas estabelecem-se à procura de espaços para transitar e habitar a cidade (MAGNANI, 1986; BOURDIEU, 1992; FRUGOLI, 1995; OLIVEN, 1987). Manaus, pela sua parte suporta com pouca contingência o inchaço dos bairros populares, ainda um parque automobilístico incessante que cria novas referências sócio-espaciais, outras velocidades, e outras temporalidades se posicionam no jogo topológico e rodoviário. (BASINI, 2009)

No presente relatório abordamos questões que se referem à situação de ocupação dos indígenas no contexto urbano da cidade de Manaus, tendo como foco principal questões referentes as formas de relação social que os Ye'pá-mâsha desenvolvem com não índios, com outros índios, com as organizações indígenas e indigenistas e também com os órgãos públicos.

De acordo com a Fundação Nacional do índio - FUNAI, a população que vive em aldeias é de 512 mil pessoas, distribuídas em 225 etnias com 180 línguas diferentes. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 734 mil pessoas se auto-identificaram como indígenas em 2000. (IBGE, 2000)

Historicamente, como a maior parte dos habitantes do Brasil, os índios estão permanentemente confrontados às ofertas sedutoras da cidade através dos contatos de seus dirigentes, com os órgãos oficiais, do trabalho dos missionários e professores do Estado, da presença constante de militares e outros funcionários públicos nos seus territórios e das viagens que eles mesmos fazem (BERNAL, 2009).

Nas narrativas dos indígenas entrevistados, podemos perceber isso claramente; por exemplo, o que Dimas da etnia Pira tapuia diz em entrevista a respeito do motivo de sua vinda para Manaus:

A escola agro técnica que hoje é IFAM usa a política de integração do desenvolvimento no interior. Ela estipula duas vagas para cada município. A escola faz o processo seletivo lá com as pessoas interessadas em fazer o curso de técnico agrícola e os aprovados eram trazidos para cá. No meu caso tive um patrocinador, um padre salesiano; um padre italiano cuja missão era voltada para a agricultura; ele via a deficiência e eu sempre tive interesse, aí eu fui um privilegiado. Era o que eu queria, cursar uma faculdade era tudo o que eu queria, e estou conseguindo. Não só a faculdade, mas outras conquistas que eu já tive no decorrer de minha experiência. Estou muito feliz por isso e gostaria que todos conseguissem o que eu já consegui e vou conseguir ainda mais. (Dimas – NEAI, Manaus, 07 de Janeiro, 2010)

São vários os motivos da vinda dos indígenas para a cidade grande. Desde o final do século XIX, os brancos foram os responsáveis por um “tipo de migração” que marcou e marca a vida das pessoas da comunidade e do interior e das comunidades, assim como a vida daqueles que se instalaram nas cidades: *as migrações em busca de trabalho*, particularmente para mulheres e jovens.¹ BERNAL, 2009 diz mais adiante que, inicialmente, os militares e os missionários foram encarregados de mandar para a cidade, as moças bem educadas nos internatos, para servir nas casas de família.

Foram então essas moças que abriram caminho de imigração indígena. Hoje, o que podemos sentir durante nossas conversas com os indígenas, que eles saíram e continuam saindo das aldeias por vontade própria. Ao decidir vir a Manaus, seu

¹ Usou-se “migração” por não se tratar de uma migração em massa.

pensamento centra-se em conseguir um emprego para assim ter uma vida “mais confortável”, já que segundo as perspectivas e expectativas de algumas famílias indígenas a aldeia impossibilitaria essa ação, pelo fato de que dificilmente as aldeias dispõem de escolas que ofereçam qualificação profissional para os jovens e quando oferecem não há como por em prática o que aprenderam e esse é maior motivo desses jovens virem com maior frequência para as cidades grandes.

De acordo com o censo feito em 2000, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população indígena de Manaus é de aproximadamente sete mil indivíduos (7.000), espalhados em diferentes pontos geográficos da cidade. No entanto outras fontes não oficiais, isto é, a coordenadora das organizações indígenas da Amazônia brasileira (COIAB) e o conselho indigenista Missionário (CIMI) apontam para uma população que se duplica no caso dos índios “urbanos”².

Hoje, grande parte desses indígenas, entre eles os Yè pá-mâsha (Tukano) segundo o IBGE, vivem nos bairros da periferia, onde não há saneamento básico, postos de saúde, escolas, segurança e outros serviços essenciais. E para sobreviver, muitas famílias produzem e comercializam artesanato, os homens fazem pequenos trabalhos e as mulheres empregam-se em casas particulares para desenvolver atividades domésticas (PEREIRA DA SILVA, 1999).

Uma nova conjuntura sócio-étnica vem transformando as relações de alteridade interna e externa, comportando também novas formas de ocupar o espaço. A partir de 1980, ao fenômeno urbano indígena, acrescenta-se uma importante variante que é a reorganização étnica, fato visível no surgimento de associações e outras entidades supra-étnicas que operam com diferentes ações estratégicas, evidenciando um fortalecimento identitário e um exercício de defesa dos direitos constitucionais (GENTIL 2005).

² Ainda não há uma categoria para os índios que moram na cidade.

Cabe destacar a Associação das Mulheres do Alto Rio Negro (AMARN), AMARN- NUMIÁ “KURÁ, em língua Tukano significa grupo de mulheres”. A AMARN tem como objetivo reunir, representar e desenvolver atividades agrupando mulheres indígenas da região do Alto Rio Negro, no noroeste da Amazônia, que vivem em Manaus, hoje, indígenas de 23 etnias são representadas dentro da associação.

Sua importância revela-se no contexto das ações que são desenvolvidas pelas mulheres que fazem parte de sua dinâmica dia após dia, fazendo e deixando fazer da AMARN sua casa, sua família, seu lazer e seu espaço de discussões de cunho político e social.

Desta maneira a partir das mulheres associadas à AMARN, estende-se uma rede tecida de laços bastante diversificados, que lidam com diferentes níveis de engajamento: pertencimento explícito e militante, integração às atividades produtivas e participação esporádica. (BERNAL, 2009). Neste sentido é possível verificar que o levante do protagonismo indígena na luta por seus direitos traz, além de tradicionais demandas pela gestão e distribuição de recursos, um novo aspecto reivindicatório que implica o reconhecimento de sua identidade enquanto povo e o conseqüente direito à autodeterminação.

As posições dentro do espaço físico que também é social sinalam mapas cognitivos diferenciais e sobrepostos. Este seria o caso das prerrogativas das administrações públicas e o uso de instrumentos de classificação e de distribuição espacial, objetivado sobre os moradores de uma determinada parcela jurídicos – administrativa que por sua vez tem nas mãos a ferramenta que serve para a construção e reconstrução dos espaços a serem ocupados por estes.

Por outro lado temos o campo das apropriações étnicas e de mudanças ou/e recriação a respeito do uso etno-espacial, ou seja, as visões de mundo e os

conhecimentos e saberes que orientam as práticas dos povos tradicionais quando esses habitam um “outro espaço”, o espaço urbano. (GEERTZ, 1994). Esta idéia contrasta com a visão dicotômica dos “não – lugares” proposta por AUGE (1989) ao discorrer sobre a modernidade e o anonimato das sociedades globais e modernas.³ Segundo CARVALHO DA ROCHA (2005), as grandes cidades são espaços de contradições nos quais o tradicional convive com o moderno, e onde culturas nacionais são reinterpretadas por subculturas étnicas ou de classes. Entanto pressupomos uma reacomodação e re-significação espaço-temporal de estilos de vida étnicos em ambientes diferenciais.⁴

Nesta linha, BOURDIEU (1992) observa que as diferentes posições no espaço social estabelecem correspondências específicas que referem a “estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a re-tradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (BOURDIEU, 1992).

Neste sentido, ROCHA (2005) diz que, é através dos estudos dos itinerários urbanos e das formas de sociabilidade, das intrigas e dos dramas que configuram o teatro da vida cidadina, apreendida como uma espécie de mapeamento simbólico, do movimento da vida, que se pode, nos dias de hoje, refletir sobre a complexidade sociológica das estruturas espaço-temporal sob as quais se assentam os fenômenos da alteridade e da experiência humana no mundo contemporâneo.

Por sua parte, BOURDIEU (1989) diz que a representação depende do conhecimento e do reconhecimento. Portanto, independe de forma exclusiva, da construção de uma representação de um conhecimento intelectual, pelo contrário existe como espaço disputado na ordem das reivindicações, não comprimidas de forma necessária a ordem verbal, senão traduzida em práticas, imaginários, visões de mundo,

³ O espaço do não lugar não cria uma identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude, (AUGÉ, 1989)

⁴ Cria um novo significado de acordo com o tempo e o espaço.

como espaço re-semantizado dentro de uma linguagem articulada com outros códigos, e criando nesse enclave “uma geografia diferente” e uma “linguagem codificada” (HALL, 1973; 1990). Já para ANDRELLO (2006) o tempo e o espaço apresentam durações e métricas variáveis, não permanentes. Do mesmo modo um mesmo personagem, ao trocar de nome ou de lugar manifesta diferentes aspectos, de acordo com o contexto e as relações em que se envolve.

Se considerarmos o espaço a partir da “idéia de região”, achamos determinadas fronteiras. Precisamente é própria da natureza política dos órgãos oficiais sancionar, santificar e consagrar as fronteiras, fazendo-as existir como dignas de existir como conforme a natureza das coisas. Em outras palavras a idéia de articulação e gestão parte de uma ordem que se apresenta como natural, como a naturalização do espaço. Visualizando as relações de poder, novos espaços de significação étnica e social entre eles vão se desenvolvendo dentro de um espaço singular.

Ainda diz BOURDIEU (1989): “a fronteira nunca chega ser mais que o produto de uma divisão que se atribua maior ou menor fundamento na realidade segundo os elementos que ela reúne”. Mapas como palavras são instrumentos de comunicação que representam e “criam realidade” (BAUDRILLARD, 1976) e estabelecem vínculos e fronteiras, por isso nos interessa compreender a partir deste trabalho as cartografias urbanas e o significado do espaço físico e social que vincula órgãos públicos com os índios Yè pá-mâsha na cidade de Manaus.

A entrada a campo foi fundamental para corroborar e/ou também questionar o que prévio a isso só conhecíamos através da literatura antropológica e de outros registros que abordavam a temática dos índios vivendo no contexto urbano.

A partir daí, por meio de técnicas de pesquisa, como as entrevistas e as conversas informais iniciamos um processo de compreensão das relações entre eles e os

órgãos indigenistas e públicos, com prerrogativas políticas para o bem estar social e econômico dos indígenas. Em suma, as visitas que realizamos durante o transcurso de nossa pesquisa nos possibilitaram adquirir noções a respeito do tipo de vida que eles desenvolvem nos bairros da cidade e o tipo de moradia onde eles vivem e sobrevivem, dividindo espaços com os não índios.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir do arcabouço teórico-metodológico faz sentido compreender como vivem e experimentam o espaço urbano de Manaus os indígenas, neste caso, especificamente, os Ye'pâ mahsã (Tukano), levando em consideração as variedades de fluxos de informações na sua vida cotidiana, as novas formas de vida, com as quais essa população se defronta num contexto geral, destacando aqui os aspectos sociais e culturais. Com isso faz-se necessário destacar alguns aspectos que julgamos relevantes nesta pesquisa, como: representações do urbano, dinâmica territorial, o tipo de moradia, e as políticas de gestão urbana que possam beneficiar esses indígenas, principalmente quanto à questão de moradia, onde estes possam se sentir num espaço condizente com aquele vivido em suas aldeias.⁵

A história de cada indivíduo na cidade é a história das situações que ele enfrentou em seus territórios, e a ação desse sujeito nesses espaços que faz de um episódio banal uma situação, para ele, de reivindicação de suas tradições (ROCHA, 2005), na verdade todo o aspecto de sua relação muda na maioria dos casos, (GEERTZ, 1989) principalmente nas relações sociais e de relações históricas entre índios e não

⁵ Um espaço onde o indígena viva sem fronteira, ou seja, onde não haja limite para ele reproduzir sua cultura, suas crenças, suas tradições.

profundamente sentida dos próprios eus no contexto da vida cotidiana (GEERTZ, 1989).

Os indígenas Tukano se localizam no baixo rio Vaupés, desde as cataratas do rio Ipanoré até a boca do Vaupés no Rio Negro; nos Rio Tiquié e Papuri; e nos pequenos afluentes que desembocam nestes três rios (FULOP, 2009). A ampla dispersão dos Tukano por toda a bacia do Rio Vaupés deve-se a distintos fatores, sobretudo à chegada dos “brancos” ao Rio Negro. Os habitantes tradicionais do Rio Negro pertencem a três famílias diferentes: Maku, Arawauk e Tukano. Movimentos migratórios sucessivos estabeleceram progressivamente esses grupos nos territórios onde eles vivem hoje.

Os Tukano: autodenominam-se Ye'pá-mâsha Daséa. É a família mais numerosa da família lingüística Tukano oriental. Concentram-se principalmente nos Rios Tiquié, Papuri e Vaupés, inclusive na cidade de São Gabriel. Em Manaus, como outros povos do Alto Rio Negro, vivem em diferentes bairros da capital. É possível que existam mais de 30 subdivisões entre os Tukano, cada qual com um nome, e idealmente, compondo um conjunto hierarquizado. Atualmente, com todas as dispersões ocorridas nos últimos séculos, as posições hierárquicas são razão de polêmica e versões variadas. Os Tukano são fabricantes tradicionais do banco ritual, feito de madeira (sorva) e pintado, na parte do assento, com motivos geométricos semelhantes aos dos trançados.⁶ É um objeto muito valorizado, obrigatório nas cerimônias rituais, onde se sentam os líderes kumu (benzedeiros) e bayá (chefes de cerimônia). A família lingüística Tukano⁷ oriental engloba pelo menos 16 línguas, dentre as quais o Tukano propriamente dito é a que

⁶ O banco ritual do qual se trata aqui é um banco de madeira usado pelos indígenas, e de acordo com a mitologia trata-se de um dos instrumentos pelos quais se dava a transformação e o aparecimento dos primeiros seres humanos.

⁷ De acordo com RAMIREZ (2001), Tukano seria um apelido que os Ye'pá-mâsha receberam das mulheres de outros grupos, por andarem em bandos em busca de mulheres para o casamento. (Ramirez, 2001)

possui maior número de falantes. Ela é usada não só pelos Tukano, mas também pelos outros grupos do Rio Vaupés brasileiro e em seus afluentes Tiquié e Papuri. Desse modo, o Tukano passou a ser empregado como língua franca permitindo a comunicação entre povos com língua paterna bem diferenciada, e não compreensível entre si. (Informações do ISA – Instituto Socioambiental).

A São Gabriel da Cachoeira chegaram deslocados de seus territórios ancestrais pelo avanço de exploração; as pessoas marginalizadas pelo fracasso do projeto econômico da borracha, os que se beneficiavam do comércio entre o interior e as capitais extra-regionais, e finalmente os que não podiam se estabelecer no interior acabam por encher os cinturões da miséria nas periferias (BERNAL, 2009).

A “migração” dos índios para São Gabriel da Cachoeira (que se tomam as feições de urbanização do indígena) e depois para a capital do Estado do Amazonas, Manaus, constitui um fenômeno recorrente no caso das populações indígenas do Alto Rio Negro (BERNAL, 2009). Movimentos migratórios sucessivos estabeleceram progressivamente esses grupos nos territórios onde eles se encontram hoje.

Nesse sentido CARVALHO DA ROCHA (2005) entende que, a cidade tem que responder aos processos incessantes de absorção de grupos sociais que elevam a densidade demográfica e índices alarmantes em decorrência dos fluxos migratórios (ROCHA, 2005). Acerca dessa problemática (G. VELHO, 1987: 151) afirma:

O veloz e implacável crescimento da periferia, a chegada constante de imigrantes pressionando outros grupos, a má distribuição de renda, a explosão demográfica, a escassez de serviços na maioria dos bairros das grandes metrópoles, a política elitista, as propriedades facciosas, a instabilidade do mercado de trabalho etc. tudo isso ocorre para o crescimento desequilibrado das cidades particularmente das áreas metropolitanas. (VELHO, 1987)

Manaus, como metrópole tornou-se alvo de migrantes de todas as regiões do país e também do interior do Estado. Devido à implantação de políticas de desenvolvimento na Amazônia, neste caso, principalmente a zona Franca, passou a receber cada vez mais pessoas, inclusive os indígenas, que assim como outros, também vem à Manaus em busca de condições de vida melhor para sua família. É nessa população indígena que se encontra em nossa opinião, a maior parte daqueles que poderão – uma vez esclarecida a natureza política da identidade indígena e evidenciada e valorizada sua funcionalidade - dar uma vitalidade nova à presença indígena em Manaus (BERNAL, 2009) que segundo Pereira da Silva (1999) nos bairros periféricos, misturam aos caboclos paraenses e maranhenses, alguns casam com índios, outros por sua vez, com não índios; procuram refazer sonhos e criam utopias. Muitos deles vivem o drama do estigma, do silêncio étnico, da vergonha de serem índios. Fato que é bastante comum entre os indígenas devido ao preconceito por parte da sociedade não indígena, e principalmente em se tratando do mercado de trabalho. Quando eles explicam o motivo de sua decisão de “emigração”, mais que razões imediatas, eles fazem uma releitura atual da situação explicando sua partida e justificando sua presença na cidade a partir de uma experiência que não é totalmente do imigrante de hoje. (PEREIRA DA SILVA, 1999)

As razões pelas quais esses indígenas deixam suas aldeias para se instalar nas cidades e também permanecer nelas, são principalmente razões econômicas, busca por emprego, visto que quase todo tempo durante nossa pesquisa, em conversa com alguns indígenas, embora tenham outros motivos, como por exemplo, educação, mas na maioria, dizem que viram em busca de emprego.

A partir de 1875, parte desses indígenas seriam regularmente mandados para trabalhar na construção de casas e de infra- estrutura de serviço da cidade, recebendo para isso um salário. Essa iniciativa acontece dentro da “política civilizadora” do

primeiro governador da Província de Amazonas, João Figueiredo, quem decreta a criação de um sistema de obras públicas, servindo-se para tão fim da mão de obra indígena existente na região. Entretanto nos dias atuais, a vinda desses indígenas é simplesmente uma tentativa de busca de melhores condições de vida para sua família, educação, emprego, lazer, etc.

Com apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e participação de outras forças democráticas que as primeiras assembleias indígenas começaram a se organizar no início de 1970, e uma década depois o mesmo movimento originou as primeiras organizações indígenas autônomas. A maior parte dessas organizações indígenas da Amazônia é dirigida por pessoas que participaram da ação pastoral e educativa da igreja durante esse período.

Existem numerosas iniciativas em relação a organizações e ações institucionais não governamentais que realizam um trabalho como os índios no Estado do Amazonas. No entanto, a maior parte dentre elas trata dos índios do interior, ou seja, das etnias das comunidades rurais de tamanho pequeno ou de populações urbanas menores consideradas indígenas. É o caso, por exemplo, do instituto socioambiental – ISA que desenvolve atividades de formação, desenvolvimento econômico, cuidado da saúde, pesquisa e divulgação científica na área do Alto Rio Negro, onde possui uma segunda sede.

Em Manaus, afora as instituições governamentais e as organizações indígenas (FUNASA, Fiocruz, FUNAI, COIAB), apenas o conselho indigenista missionário – através da pastoral indigenista do arcebispado, desenvolve uma ação mais ou menos contínua entre a população indígena da cidade. É por meio dessas organizações que os indígenas compreendem que o índio é uma raça que tem uma tradição diferenciada da de outra sociedade e essa diferença deve ser conhecida e reconhecida por todos.

Dessa forma BOURDIEU (1989) entende que em uma lógica propriamente simbólica da distinção - existir não é somente ser diferente, senão também ser reconhecido legitimamente diferente - em outras palavras, a existência real de projetos comuns, também as contradições e os conflitos, na busca de resolução dos mesmos é possível por meio de determinadas estratégias participadas. (BOURDIEU, 1989). Ou seja, por meio de discussões acerca das problemáticas sociais, econômicas, políticas, culturais que sejam do interesse de um ou de diversos grupos que estejam inseridos dentro de um determinado contexto étnico ou em uma mesma categoria.

Vejam, por exemplo, em dezembro de 2005, em reunião do conselho da cidade e lideranças do movimento social de Belém, foi apresentado o projeto “Nova Cartografia social da Amazônia”, e o resultado dos trabalhos de pesquisa com quebradeiras de coco babaçu e quilombolas. Das situações sociais identificadas gerou-se a mobilização dos presentes na reunião para o desenvolvimento do projeto com grupos que vivem nas cidades. A partir desta reunião teve origem a uma série de “Movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia”. Esta série iniciou-se com indígenas, homossexuais, afro-religiosos, negros e negras de Belém – PA e teve continuidade com outros grupos em Belém – PA e outras cidades da Amazônia, como Manaus. (**Nova Cartografia da Amazônia** – APN – Associação Poterika’ra Numiá). Essa *nova cartografia* é representada hoje por todos os grupos étnicos que lutam para serem conhecidos e reconhecidos por aquilo que fazem, ou por aquilo que eles representam em um determinado ambiente. No caso dos indígenas, para serem reconhecidos como grupos diferenciados, como indígenas, como um grupo que preserva culturas diferenciadas.

Nesse sentido, ALMEIDA (2008) diz que a construção de uma identidade coletiva coaduna com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas. Tal territorialidade consiste numa forma de interlocução com antagonistas e com o poder do Estado. (ALMEIDA, 2008). Esse confronto é fundado numa grande rede social estratificada, que será esplanada a seguir:

A dinâmica territorial dos Ye'pá-mâsha em Manaus

A maioria dos índios que vivem em Manaus vem da região do Rio Negro e de outras calhas próximas. Entre eles: Tukano, Dessana, Wanana, Tariano, Pira tapuia, Tuyuca, Baré e Baniwa. No quadro abaixo a partir de dados do CIMI, estão os grupos em maiores índices na cidade de Manaus:

Etnia	%
Arapasso	12,9
Baniwa	4,8
Baré	33,9
Dessana	4,8
Pira tapuia	4,8
Tariano	6,5
Tukano	25,8
Wanana	6,5

Tabela 1

Fonte: CIMI, 1995 e 1997, feitas em 135 lares urbanos

Para entender como se dá à dinâmica territorial dos indígenas do Alto Rio Negro, na cidade de Manaus, neste caso os Ye'pá-mâsha é preciso entender como estes estão organizados, seja no sentido de localização geográfica, seja a partir das

associações das quais fazem parte. Neste sentido, é de grande importância compreender primeiramente alguns conceitos.

Segundo FARIA, (2003) para as nações indígenas do Alto Rio Negro, **território** significa terra contínua com autonomia e soberania indígena, onde vivem com seus distintos costumes, história e filosofia. A autonomia e soberania referentes ao território constituem em um sistema de autogoverno em que o poder de decisão, de planejar o futuro está nas mãos das próprias nações indígenas. Terra e território para eles são frutos do processo histórico de cada nação. Já nação consiste em um termo que tem seu território, sua história e poder de decisão sobre o seu destino.

Para o Estado, território é um suporte material a partir das idéias burguesas da Revolução Francesa. Os conceitos de nação, território e autodeterminação estão ligados ao conceito do Estado moderno (FARIA 2003). Ou seja, estabelecer poder político, demanda forças armadas e limites territoriais e esses limites territoriais, juridicamente constituídos por leis federais. **Terra** é considerada como mercadoria contendo valor de troca, (FARIA 2003). No entanto, para os indígenas está ligada diretamente à reprodução humana, onde estão envolvidos não apenas valores materiais, mas também, espirituais, morais, rituais e políticos.

Uma vez apreendidos esses conceitos por esses indígenas nas aldeias são repassados de gerações para gerações e em qualquer lugar que estes se estabeleçam, vão sendo reproduzidos para seus filhos e parentes, por meio de discussões acerca da preservação de seus valores étnicos e culturais, e ao mesmo tempo, vividos no cotidiano, mesmo que cada um siga lógicas diferentes em relação ao espaço que ocupa.

De acordo com BERNAL (2009), população indígena adulta em Manaus é majoritariamente constituída por migrantes dos anos de 1970 e 1980, indivíduos e familiares que se estabeleceram nas periferias urbanas, mesmo seguindo lógicas

diferentes segundo etnias e sua região de origem: estruturas familiares pra os Sateré Mawé; lógicas geográficas e de solidariedade no caso da população do alto Rio Negro, (BERNAL, 2009). Entanto estes indígenas vivem em diferentes bairros de Manaus e na maioria das vezes têm residências fixas. Outros moram em casa alugadas ou até mesmo com parentes ou em casas de familiares que vieram, construíram casas, mas por causa de suas roças ou terras que ficaram, resolveram voltar para suas aldeias. Por outro lado, temos ainda indígenas que estão morando em Manaus, mas pretendem voltar para suas aldeias por perceberem que vida na cidade de uma forma ou de outra apresenta para eles um contraste daquela vivida nas aldeias. No depoimento de Rivelino Barreto é bastante perceptível essa questão:

Vim para a cidade não para me formar aqui, me estabelecer aqui, claro que conforme as possibilidades, eu estou fazendo isso agora. Mas estou pensando em voltar para minha aldeia. Já estou pensando em fazer uma casa lá e estou inclusive conversando com meus primos para a gente retornar para lá. Não sei qual é o objetivo desses indígenas que vêm para a cidade. Alguns até passam por sérios problemas mesmo, digamos, desemprego, não têm onde morar e lá na aldeia eles poderiam viver muito melhor porque lá tem o peixe; ele vai pescar, tem terreno, enfim, lá temos terra que não tem limite de extensão. Então vamos voltar, reviver nossa cultura dentro de nossas tradições. Estabelecer o grupo lá dentro da comunidade mesmo, (João Rivelino Barreto, 29 anos –UFAM, Manaus)

O que podemos concluir a partir desta afirmação é que embora esses indígenas enfrentem dificuldades na cidade ao sair de suas aldeias, conseguem pouco a pouco ocupar espaços dentro das grandes cidades, na educação, nas instituições públicas, como no caso de Rivelino Barreto ao cursar um mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), há outros que estão inseridos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), SEDUC, FUNAI, etc. enfim, podendo manter vivo seu espírito indígena, no sentido de querer reviver sua vida em sua comunidade de origem, ou seja, pretendem voltar a viver a vida nas aldeias.

A situação de morar em bairros diferentes, não representa para estes um obstáculo para a construção de redes, a convergência de interesses comuns e a

articulação étnica. Essa articulação étnica está nas associações: AMARN (Associação das Mulheres indígenas do Alto rio Negro), APN (Associação das Mulheres indígenas e Artesãos do alto rio Negro), MEIAM (Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas), etc. em que as pessoas se conhecem por estarem associados ou por serem parentes dos associados, participam esporadicamente dos eventos de reconhecimento identitário. A AMARN é um espaço onde as associadas se reúnem para discutirem assuntos que dizem respeito aos seus direitos constitucionais de serem reconhecidos como um grupo. Tratam-se muito mais do que um grupo que trabalha para sustentar a família, ou dito de forma assertiva, trata-se de um grupo que precisa ser reconhecido por aquilo que é pelo que faz, e nesse caso, uma organização que tem como objetivo fortalecer sua identidade étnica.

Desta maneira, a partir das mulheres associadas à AMARN, estende-se uma rede tecida de laços bastante diversificados que lidam com diferentes níveis de engajamento: pertencimento explícito e militante, integração às atividades produtivas ou participação esporádica. Esse espaço não somente é o centro da casa, mas incorpora, materializa, realiza o mais puro da tradição das tribos indígenas do Alto rio Negro: suas diferenças expressas através do multilinguismo, apesar da dominação dos Tukano (BERNAL, 2009). Isso é perceptível no discurso da coordenadora, ao dizer que a associação foi criada para defender o direito da mulher indígena do Alto Rio Negro independente de etnia e que dentro dela se trabalha quatro linhas, que são a política, o artesanato como alternativa econômica, a comercialização desse produto e a educação e a cultura; educação diferenciada para seus filhos, que ali mesmo na associação estudam a língua e a cultura Tukano. (Jucimeire Trindade, 49 anos – AMARN -06/06/2010).

Representações do urbano

Para Chartier (1989, 1990, 1994) a **noção de representação** é essencial para a sua concepção de história cultural, que se baseia na correlação entre práticas sociais e representações. A representação deixa de ser uma ausência, estabelecendo-se a diferença entre aquilo que representa e o que é representado. Mas, ao mesmo tempo a representação afirma uma presença daquilo que se expõe no lugar do outro⁸. Entre uma e outra, viabiliza a construção de um sentido. Na luta por plenos direitos para a prática ou preservação de seus patrimônios históricos ou culturais a partir do espaço onde esses atores atuam e se relacionam com seus semelhantes, com intuito de reviver e “representar” sua cultura, seus costumes, tais como; língua, danças, rituais, organização social e política. A esse respeito, diz ANDRELLO (2006: 422):

Os Tukano dizem que hoje seus descendentes vivem como brancos, porque se casam com mulheres brancas. Vivem em cidades como Belém e Rio de Janeiro, trabalham em escritórios e só no dia 19 de abril, dia do índio é que fazem dabacuri usando seus enfeites cerimoniais. (ANDRELLO, 2006:422)

BOURDIEU (1989) disse que a representação depende do conhecimento e do reconhecimento. Não dependendo exclusivamente da construção de uma representação de um conhecimento intelectual, sendo também como um espaço disputado na ordem de reivindicações não entendidas estas dentro de uma ordem verbal sendo traduzidos em ações, imaginários, (BOURDIEU, 1989).

O conceito de urbano é formulado e liberado por um processo tal como ele se apresenta a nós como o analisamos. Não se trata de um termo entre os filósofos; não se trata de uma substancia como tendem a fazê-lo acreditar este ou aquele termo, este ou aquele termo utilizado de forma laudatória, como por exemplo, a urbanidade; trata-se,

⁸ Uma representação simbólica (CHARTIER, 1989, 1990, 1994)

antes, de uma forma, a do encontro e reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra (trivialmente os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras ditas culturais. No próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência de encontros, de reunião, de informação. Para LEFEBVRE (1991), a vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e “valores, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de domínio rural e natural” (LEFEBVRE, 1991: 107).

FANI (2001) entende como uma relação de cidadãos que integram a comunidade política de um território e seus representantes (FANI, 2001). Em outras palavras, a representação do espaço urbano se dá de várias maneiras. Em primeiro lugar são as instituições políticas por meio dos aparatos do Estado que fazem com que o espaço urbano se diferencie do espaço rural. Entretanto é por meio das modificações do lugar natural por artificiais através das tecnologias modernas juntamente com a inserção de novos elementos é que se torna possível perceber o caráter de urbanidade. Não só material, mas também imaterial, como música, teatro, grupos de pessoas que se reconhecem por meio de símbolos que os identifica.

Essas representações sociais possuem núcleos positivos de transformação e de resistência na forma de conceber a realidade. É como diz GERTZ (2004): o povo não se limita a ser mero espectador, fascinado pelas expressões do Estado, mas é envolvido, fisicamente por elas, principalmente nas grandes cerimônias de massas que moldam seus sentimentos. (GERTZ, 2004). No entanto, PESAVENTO (1995) diz que a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma

imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo⁹ puro e simples trabalha com uma atribuição de sentido (PESAVENTO, 1995: 298)

Segundo BERNAL (2009), os índios sempre estiveram presentes em Manaus. Hoje, migrantes voluntários em busca de trabalho e novas condições de vida; antigamente, escravos de um sistema econômico na qual a mão-de-obra indígena era apenas um recurso natural a ser explorado. Os dados históricos apontam que o movimento indígena brasileiro se constituiu de fato a partir dos anos 80, quando os povos indígenas começaram a buscar solução junto à sociedade para os problemas que envolviam a relação deles, índios descendentes, com outros cidadãos brasileiros.

Foi nesse processo que os povos indígenas de todo o Brasil mostraram suas vozes, e começaram a se organizar em associações e instituições diversas, com legitimidade indígena para defender suas terras, lutar pela melhoria na assistência à saúde, educação e autonomia cultural, bem como lutar pela implementação de projetos alternativos sustentáveis que promovessem o bem-estar de suas comunidades. Em meados de 1987 é criada a Federação das Organizações Indígenas – FOIRN, do Estado do Amazonas, representando as várias organizações de bases dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Já em 1989 é fundada a Coordenação das Organizações da Amazônia brasileira – COIAB, envolvendo os Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Essas duas organizações têm um marco importante dentro do movimento indígena brasileiro, e foi através deles que podemos perceber os avanços nas reivindicações e nas lutas pelos seus direitos, abrindo espaços para atuações efetivas de lideranças na representação de seus povos.

⁹ (G. mimetês = imitador). Estado apresentado por certos animais ao tomarem a cor ou efeito dos objetos do meio em que vivem. (Dicionário de biologia). Nova biblioteca básica de Biologia, 1980:561.

A partir da década de 1990, as associações começaram a se legalizar, possuindo estatuto, CGC, CNPJ e conta bancária. A autonomia das organizações indígenas, assim como o aumento dessas entidades, promoveu uma redefinição da relação com o Estado. Ao Estado não coube mais uma política indigenista tutelar. Ficaria estabelecido a partir de então uma parceria entre as organizações indígenas e o Estado.

Começaram a elaborar propostas de políticas públicas em nome de uma livre negociação de seus projetos; em 2001, o governo do Estado do Amazonas criou a Fundação Estadual de política indígena – FEPI, como entidade de conselho (BERNAL, 2009), organização cuja missão seria orientar as ações do Governo do Estado do .constitucionais, respeitando e preservando os valores culturais e históricos dos povos indígenas; hoje, SEIND – Secretaria de Estado para os Indígenas:

(...) é o resultado de uma ampla articulação do movimento indígena no Amazonas que norteia políticas indigenistas do Estado do Amazonas, (Miguel Maia, assessor de gabinete do secretário SEIND- 13de maio, 2010).

A partir da narrativa de Miguel Maia, atual assessor de gabinete da SEIND, percebe-se que secretaria é fruto de conquistas históricas objetivadas nas articulações de diversos grupos indígenas existente em Manaus, pela necessidade de institucionalizar - se cada vez mais no âmbito das políticas do Estado é que foi possível criação de tal secretaria. Em outras palavras:

Em uma lógica propriamente simbólica da distinção em que existir não é somente ser diferente senão também ser reconhecido legitimamente diferente e em outras palavras, a existência real de projetos comuns, também nas contradições e nos conflitos na busca de resolução dos mesmos por meio de determinadas estratégias participadas (BOURDIEU, 1989).

Neste sentido a busca pela visibilidade étnica pelos grupos indígenas que residem nas cidades, não está pautada em somente mostrar que é diferente, por meio de sua cultura diferenciada. A narrativa de Bourdieu nos remete a pensar que essa

visibilidade está presente na concretização daquilo que se projeta. Nesse caso, a criação da secretaria.

RESULTADOS FINAIS

A realização desta pesquisa compreendeu o período de um ano. Desde agosto de 2009, foram feitos levantamentos bibliográficos na Biblioteca Setorial da Universidade Federal do Amazonas, o Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena - NEAI, Museu Amazônico, assim como em sites eletrônicos que tratam assuntos referentes às temáticas indígenas e indigenistas. Nesse período foram realizadas leituras sobre a cultura material e simbólica dos Yê pá-mâhsa, desde a mitologia até sua vivência nas cidades, principalmente na cidade de Manaus; leituras a respeito de índios urbanos de um modo geral, das teorias clássicas a respeito dos conceitos básicos, como: território, representação do urbano, cultura, identidade, cosmologia, enfim, dos conceitos necessários para a compreensão dos caminhos a serem seguidos para alcançar os objetivos propostos no projeto.

Mediante as informações adquiridas no decorrer das leituras foi possível entender a trajetória dos indígenas da aldeia à cidade e quais as mudanças que houve em suas vidas, ao se deparar com um a realidade totalmente distinta daquela vivida nas aldeias ou nas comunidades, com relação à moradia, a dinâmica vivenciada com os não índios ou com índios de diferentes culturas, dentro de contextos diversos referentes à sociedade moderna, isto é, compreender como são os modos e estilos de vida desenvolvidos por esses povos na cidade de Manaus.

No que diz respeito aos primeiros contatos com os indígenas, foi necessário a participação em eventos de interesse político desses indígenas, criando assim com estes, um laço de amizade e afeto. Como podemos ver, após os contatos com os indígenas, descobrir neles um (a) amigo (o), foi possível e importante também para entender como eles conseguem viver na cidade, participar do mundo do branco, mantendo dentro de si, o espírito de uma “gente diferente”, ou seja, uma mistura de cultura: a dos brancos, a de outras etnias e ao mesmo tempo a sua.

A partir daí foi possível perceber, por meio do método de observação participante, dos depoimentos dos atores, das observações etnográficas que uma das formas que eles sustentam para manter viva a sua cultura de origem, é organizando-se em associações. As mesmas têm como objetivo reunir os indígenas de etnias diferenciadas, numa perspectiva de tratarem de assuntos que dizem respeito especificamente a indígenas nas suas culturas e tradições diferentes, mas com um objetivo comum: preservar sua identidade étnica representada por meio de símbolos que por si só se traduzem.

Nos encontros, eles revivem suas tradições, expressas através da língua, das comidas, dos modos de partilha, na valorização da coletividade, no artesanato a cultura de seus povos. Não há obstáculos para que essas pessoas estejam sempre juntas nos trabalhos, nos rituais, nas danças ou outras atividades desse porte, basta que seja feita uma programação, para que todos ou quase todos participem de tal evento.

Por outro lado, esses indígenas que habitam a cidade, que fazem parte de um cenário onde estão envolvidas questões políticas, de disputas por moradia, saúde, educação, lazer, direitos políticos e cidadania, adquirem juntos aos não índios que também compartilham das mesmas necessidades, outro modo de vivencia.

A entrada ao campo

Dos eventos promovidos com a temática indígena, tivemos o conhecimento dos atores acerca dos quais iríamos pesquisar. Um dos mais importantes, realizado na vila olímpica, em julho de 2009, designado “curso de agentes indígenas da cidadania”, cujo objetivo seria formar cidadãos para atuar como agentes indígenas. A partir daí além de conhecer alguns indígenas das etnias Tukano, Pira Tapuia, Dessano, etc., fui informada a respeito da AMARN (Associação das mulheres indígenas do Alto Rio Negro), que seria o meu referencial para compreender a dinâmica desses indígenas dentro do contexto da cidade de Manaus, no sentido de organização coletiva. Foi no contexto dessa organização que consegui ao longo da minha pesquisa entender como os indígenas vivem e convivem com outros grupos, visto que cada um desses grupos tem uma identidade singular e um lugar específico dentro do sistema. Um exemplo bem claro foi o que vi em um evento que participei em junho do ano passado organizado pela Secretaria de Direitos Humanos (SEMASDH) em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e prefeitura de Manaus, designado “agentes indígenas da cidadania”. O objetivo seria formar agentes indígenas para atuarem nas aldeias e na cidade como indicadores sociais.

No evento estavam presentes grupos indígenas do Alto Rio Negro, como, Tukano, Wanano, pira tapuia, Carapanã, Dessana e outros grupos que fazem parte da família lingüística Ye'pâ-masa, além dos Sateré Mawé. Ou seja, ao se tratar de assuntos interesses políticos que esteja voltado para indígenas, é de interesse de todas as etnias e de todos os grupos independente das diferenças culturais, lingüísticas ou de localização geográfica. É nesse momento que as semelhanças entre eles se tornam visíveis em

detrimento das diferenças interétnicas que os fazem ser diferentes entre si. Durante três dias de convivência, conversamos, trocamos idéias, telefone, enfim, estariam abertas a partir daí as portas para começarmos nosso trabalho de campo.

A partir desse primeiro encontro, outros foram acontecendo, como: palestra sobre parentesco pelo professor Márcio Silva, participação em feiras artesanais, visita na SEIND para conhecer a secretaria e a equipe de coordenação, na COIAB, na FUNAI, no Bairro da Redenção, reunião na casa da família de Adriana da etnia Tukano no Bairro da Chapada, Secretaria de Direitos Humanos (SEMASDH), Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) para que pudéssemos¹⁰ realizar as entrevistas com indígenas e com administradores de instituições.

As organizações indígenas e indigenistas

As diversas organizações indígenas sediadas em Manaus oferecem um espaço favorável à realização ou ao esforço público de identidade étnica dos indígenas. Numa situação de interação social na qual o fator étnico na qual o fator étnico não é reconhecido como valor pela sociedade majoritária, as mesmas dão uma forma social, oficial e legal a “etnia” nos campos político, econômico e social. Em outras palavras: as organizações indígenas dão uma forma pública clara às fronteiras que definem por contraste, os contornos da identidade étnica nas relações urbanas: elas tornam visível o invisível (BERNAL, 2009, 193). Elas criam de uma forma ou de outra uma reprodução das relações que os povos indígenas mantêm nos seus lugares de origem, e, dentro dessa lógica procuram demonstrar de fato onde estão as suas diferenças e seus valores.

¹⁰ Dayana Kellen e eu sempre íamos juntas a campo.

AMARN

Situada no conjunto Villar Câmara – Aleixo, a **AMARN** (Associação das mulheres do Alto Rio Negro) criada na década de 1980, foi à primeira das organizações indígenas fundadas em Manaus e uma das organizações urbanas no Brasil, desenvolve trabalho artesanal como uma espécie de autonomia econômica, encontros e dimensão lúdica e representação política. Essa associação apesar de fazer menção de caráter feminino é um espaço aberto à participação de todos os índios oriundos do Rio Negro (BERNAL, 2009). Porém, essa afirmativa contrasta com a informação que nos deu dona Francisca, 55 anos, uma das associadas da AMARN. Dona Francisca, é associada há dois anos e segundo suas informações, somente as mulheres participam ativamente das atividades, incluindo as reuniões, a produção de artesanato e nas decisões políticas do grupo; os homens só aparecem lá nos dias de festas com a família.

De vez em quando essas mulheres, não somente as mulheres, mas juntamente com seus maridos e filhos realizam uma festa, e durante essas festas elas procuram selecionar traços de sua cultura, onde os valores, as crenças, as tradições, os sabores e rituais são recriados dentro dessa perspectiva, a festa, onde as comidas, as bebidas são a dádiva, na expressão de Mauss, (1974), ou seja, as festas de confraternizações que são realizadas no espaço da AMARN são portadoras de significações vindas de suas raízes, vinculadoras de identidade cultural, social e étnica. Essas afirmações ficaram evidentes nesta fala de Irenise da etnia Tukano, ex-coordenadora da AMARN durante um encontro de formação de “agentes indígenas da cidadania”, a respeito da associação:

A AMARN é ponto de os parentes se encontrarem; E nos dias de reunião a gente fala nossa língua, come nossa própria comida e discute assuntos de interesses de todo o grupo. Viver na cidade mantendo nossas tradições. (Irenise, auditório da vila olímpica, Manaus, 26 de julho de 2009)

Durante nossas pesquisas foi possível perceber que as festas de confraternização, são realizadas com a participação de todos os membros do grupo que faz parte da associação. Cada membro ou família fica encarregado por uma determinada comida ou bebida, enfeites, arrumação e ornamentação do ambiente onde será realizado o evento. A participação de homens e mulheres mais jovens é pequena. Isso foi visível em nossas visitas que fizemos na sede da associação, pois somente na hora da missa no domingo do dia 06/06/2010, havia um rapaz que fazia parte do grupo de liturgia e no decorrer da reunião que acontece sempre de dois em dois meses, onde as associadas discutem temas de interesses do grupo, que também aconteceu naquele dia, entre vinte e duas mulheres presentes na reunião, havia apenas duas moças. Além da ausência dos homens, sentimos falta também de mulheres mais jovens no encontro daquele dia.

A celebração da missa na sede da AMARN foi um marco importante durante o processo de trabalho de campo, sendo que esse evento, segundo informações das mulheres associadas e da coordenadora, é um caso bastante raro ali, pois somente em datas comemorativas, batizados e casamentos acontece uma celebração. O motivo nos disse Jucimeire durante nossas conversas, que é a falta de um padre disponível para atuar mais constantemente com os indígenas. Além da celebração que aconteceu, uma proposta de criar uma comunidade católica na AMARN foi feita pelo padre. Depois de algumas discussões entre as mulheres, que não podemos entender as conversas porque estas se deram na língua Tukano, a proposta foi aceita, e criou-se naquele instante, a comunidade católica e juntamente a equipe que iria dirigir tal comunidade.

De acordo com a atual coordenadora Jucimeire Trindade, de 49 anos, da etnia Wanano, a associação tem hoje 25 anos de fundação e conta com um número de 48 mulheres associadas de 23 povos diferentes, do Alto Rio Negro. Ela já veio ajudando nas políticas públicas para melhorar a vida dos indígenas na cidade. Quando as famílias

chegam das aldeias à cidade e não tem onde morar, a AMARN a acolhe por um tempo. Para as mães solteiras que também não tem onde morar ou que perderam seus empregos, as associadas que não tem onde morar, a AMARN sempre veio amparando.

As narrativas das associadas estão intrinsecamente ligadas às experiências vivenciadas por estas no espaço da AMARN, em especial o dia a dia que elas vivenciam juntas, partilhando suas alegrias e frustrações, e de suas lutas pela sobrevivência na cidade.

Essas mulheres associadas além de produzirem o artesanato e venderem artesanato, que é a uma alternativa de produzir renda, também participam nas decisões políticas da associação e das festas de confraternizações étnicas.

Se de um lado, a maioria dos indígenas que moram na cidade está organizada em associações, por outro, existem também indígenas que sequer conhecem ou sabem de suas existências. Com é o caso de um casal com o qual conversei por acaso em uma fila de banco. Eles se chamam Geni e Rafael. Ela 55 anos, pertence à etnia Tukano e ele, 71 pertence etnia Wanano, dois grupos do Alto Rio Negro, mas vieram muito jovens para Manaus e moram atualmente no bairro João Paulo II em uma casa de alvenaria que construíram há dez anos. Além deles, seus filhos e parentes que também não pertencem a nenhuma organização.

Nesse sentido convém observar que ainda que os movimentos indígenas na cidade de Manaus tenham avançado bastante desde a década de 80, ainda e desconhecida até mesmo para alguns indígenas que moram o bastante tempo na cidade, como é caso da própria AMARN, por causa de sua localização.

A sede da AMARN está situada em um local de difícil acesso e isso dificulta que a presença de pessoas lá. A comercialização dos produtos confeccionados pelas mulheres da associação é feita de várias maneiras. Em uma feira permanente que

acontece em um espaço situado na Praça Tenreiro Aranha, no centro da cidade, na sede do INPA (Instituto de pesquisas da Amazônia), no bairro do Coroado, há também uma maloca que está sempre disponível para a exposição de produtos artesanais produzidos pelos indígenas. Sendo que cada grupo que produz artesanato só pode expor seus produtos de dois em dois meses.

Outra alternativa para a comercialização dos artesanatos é nos eventos nas universidades, como na UFAM e UEA, Studio 5, que durante o tempo que duram os eventos, há sempre espaços disponíveis que são reservados para as feiras artesanais. Ultimamente, quando estivemos lá na AMARN, a coordenadora teria ido a São Paulo para participar de uma feira onde também levou seus produtos para expor e vendê-los. Ou seja, não há um lugar fixo para comercializar o artesanato produzido pelas associadas e isso é uma das maiores dificuldades que elas enfrentam para sobreviverem de forma autônoma.

Devido conflitos internos na AMARN, criou-se a APN (Associação **Poterika'ra Numiã**, que significa: Mulheres indígenas e artesãos do Alto Rio Negro). Localizada no bairro Cidade Nova, a APN tem como objetivo criar alternativas de rendas para os indígenas residentes na cidade. É importante que as mulheres que fazem parte da APN hoje, faziam parte da AMARN. É importante também compreender que nessa associação participam mulheres e homens nos trabalhos de maneira igualitária, ou seja, todos desenvolvem o artesanato. Nessa associação, há também além do interesse comuns econômicos, gerado pela venda dos produtos artesanais produzidos e comercializados, há também interesses políticos, sociais e étnicos.

É interessante notar que a relação estabelecida entre essas produtoras de um determinado nicho econômico, que são os vários tipos de produções artesanais ou outros produtos vendidos para a sobrevivência econômica, está vinculada a uma série de outros

fatores sociais que as unem, como: familiares, educativos, religiosos, costumeiros, etc., assim como acontece no contexto da AMARN, que, aliás, é base da criação da APN. Assim Adriana, do povo Tukano fala a respeito da APN:

Nessa associação produzimos artesanato e vendemos; além de vender o que produzimos também compramos dos parentes de outras associações do Rio Tiquié para revender. O difícil é o espaço porque se a associação tivesse um espaço, poderíamos evoluir mais e até dar aulas de artesanato. Com parentes, a gente nunca perde o contato; nas reuniões, encontro indígena, movimentos, conferencia; a gente se encontra. Nas festas, falamos a língua, conversamos e colocamos o papo em dia. (Adriana Barreto, dezembro de 2009 – Manaus, chapada).

Esta informação nos remete a pensar a respeito do que BOURDIEU (1989), diz:

Um grupo que compartilha ideologias políticas, sociais e culturais, que além de reivindicar juntos por um ideal que os reconheçam como pessoas, como seres humanos capazes de inventar e reinventar o seu dia a dia, e que buscam também o reconhecimento e a identidade do grupo. Um grupo prático, virtual, ignorado se tornando visível, manifesto para os outros grupos e para eles mesmos, testemunhando-os como grupos conhecidos e reconhecidos que aspira institucionalização. (BOURDIEU, 1989).

Desta forma, um “fazer” que invente o próprio modo do fazer, uma atividade na qual execução e invenção caminham juntas – os seus próprios modos de apropriação dos espaços.

Além da AMARN e a APN, há outras organizações indígenas em Manaus, como a confederação das organizações indígenas e povos do Amazonas – COIAM, Associação das mulheres indígenas Sateré-Mawé – AMISM, movimento dos estudantes indígenas do Amazonas – MEIAM, quais foram menos relevantes no decorrer deste trabalho. Por se tratar nesta pesquisa da vida e da dinâmica dos indígenas do Alto Rio Negro, especificamente dos Ye’pá-mâsha (Tukano), tomamos como referencia a AMARN. Na foto abaixo podemos ter uma visão de perfil da atual sede, bem como

alguns dos produtos artesanais confeccionados pelas mulheres associadas da AMARN:

(06/06/2010)



Figura 1

Figura 2



Figura 3

COIAB

Outra organização indígena de relevância significativa neste contexto é COIAB. A mais visível e mais importante das organizações indígenas de Manaus, criada em 1989 a COIAB (Coordenação das organizações indígenas da Amazônia brasileira) para

representar os povos e organizações indígenas de dos nove (9) Estados que fazem parte da Amazônia brasileira e seu objetivo inicial se dá no âmbito interno dos movimentos indígenas.

A partir do ano 2000, são estabelecidas parcerias com o Estado, e a COIAB com sua função de representante indígena na Amazônia torna-se a principal articuladora de discussões e reivindicação dos povos indígenas. Isso lhe possibilitou se tornar a porta voz de todos os índios da região amazônica e se posicionar como uma das mais sólidas organizações indígenas do Brasil. (BERNAL, 2009).

Para uma melhor compreensão sobre os objetivos da COIAB a partir do ano 2000, destacaremos abaixo, objetivo do capítulo II, art. 2º, (dos objetivos):

I – Promover de maneira coordenada e unificada a organização social, cultural, econômica e política dos povos e organizações indígenas da Amazônia brasileira;

III - Desenvolver programa de sustentação econômica em parceria com os povos e organizações indígenas com base na economia tradicional e específica de cada povo;

IV - Formular estratégias, parcerias de cooperação técnica e financeira com organizações nacionais e internacionais e com organismos de cooperação, objetivando a garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas.

V – Promover ações e acompanhar através de suas organizações a demarcação, regularização e garantia dos territórios indígenas;

VIII – Promover ações judiciais, incentivar e apoiar a proteção do meio ambiente e desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, em especial referentes aos territórios indígenas;

IX – Organizar e participar de debates sobre desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, para obter resultados sociais justos e de maneira equilibrada, respeitando o patrimônio ambiental, tradicional e cultural dos povos indígenas;

XII – Promover programas visando à formação de quadros de membros de povos e organizações indígenas. (...) (Estatuto social da COIAB, 2001)

Portanto, nenhuma das ações desenvolvidas pela COIAB tem por objetivo reforçar ou desenvolver, promover ou acompanhar as comunidades indígenas urbanizadas em Manaus, mas apenas apoiar as ações desenvolvidas pelas associações. Em diálogo com Cleiton Javaé, da etnia Javaé, um jovem que atualmente faz parte da coordenação da COIAB, diz:

- A COIAB quando foi criada, foi pensada para trabalhar com indígenas nas aldeias. Se você pegar o estatuto da COIAB, vai ver inclusive que a missão dela estava voltada na época com a própria constituição para os indígenas em seus territórios. Sempre que se refere aos povos indígenas, se referem como território. O uso e usufruto exclusivo de suas tradições. A COIAB foi criada há 20 anos com a missão de defender o direito cultural ideológico e institucional do indígena. Assegurar a integridade física dos povos indígenas em seus territórios. E aí tem outra realidade, que a gente não pode dizer de certa forma que não acompanha indígenas na cidade; é que na verdade não é nossa prioridade. Nós trabalhamos dando prioridade aos indígenas nos territórios. Agora é claro, a gente precisa discutir e estamos abertos a discussões com essas pessoas que estão na cidade como eles pretendem e de que forma querem o apoio da COIAB, porque sempre trabalhamos a idéia de que o índio continue sendo índio. Porque o importante é a forma que a gente pode ajudar. (Cleiton Javaé – COIAB – Manaus, 02/06/2010).

Diante dessa afirmação, o que podemos concluir é que não há realmente uma política por parte da COIAB para os indígenas que vivem na cidade. O que existe é tão somente para aqueles que estão nas aldeias, em defesa de seus territórios. Mas ainda sim, dar apoio às suas ações, e principalmente quando ao se tratar de movimentos populares reivindicatórios pela melhoria de suas vidas na cidade, em situações que comprometem a própria integridade física das pessoas. Foi o que aconteceu quando ocorreu à invasão na comunidade de São Pedro (antiga CARBRÀS), em fevereiro de 2010. Durante o processo de reintegração de posse, a COIAB juntamente com e FUNAI entrevistaram no sentido de dar apoio moral. Esses órgãos se mostraram solidários e

favoráveis aos indígenas que participavam do evento oferecendo-os proteção. Abaixo, foto do emblema da COIAB, em frente à sede.



Figura 4

Visando compreender a dinâmica da COIAB, fomos até a sede que fica localizada no bairro da antiga Matinha e o que podemos constatar foi uma movimentação bem pequena. Havia cinco pessoas, que são funcionárias. Três estavam conversando na copa e dois estavam em suas salas. Conversamos com as pessoas que estavam na copa e uma delas nos disse que ultimamente a movimentação ali tem sido assim, com poucas pessoas por lá. Somente depois que terminamos nossa entrevista com o Javaé, o jovem que nos concedeu a entrevista, chegaram seis (6) pessoas para uma suposta reunião, que haveria com lideranças de movimentos.

FUNAI

Continuando a falar de organizações indigenistas, começaremos a falar da FUNAI, fazendo uma breve contextualização histórica:

Em 1967 com a extinção do SPI, (Serviço de proteção do Índio) desde 1910 é criada a FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Seu papel seria exercer a função de tutela dos índios e, entre outras funções, garantir a posse permanente das terras habitadas pelos índios e o usufruto exclusivo dos recursos naturais lá existentes. Com a ditadura militar, na década de 70, a FUNAI era mantida sobre o controle do governo, inclusive presidida por militares. Durante esse período, era de sua competência não apenas realizar o procedimento de identificação das terras indígenas, como também decidir se a área deveria ser demarcada e ao se trata de terras localizadas nas fronteiras, a decisão seria de inteira competência de representantes da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Com o retorno da democracia, o Brasil se dotou de uma nova constituição promulgada em 1988, que desenhou um novo panorama para as relações entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade Nacional. Foi baseado no artigo 232, que os indígenas tiveram suporte para que reivindicassem seus interesses:

Art. 232: Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses intervindo o ministério público em todos os atos e processos (constituição do Brasil, 1988, 2006)

Nesse contexto é que os índios começam a se organizar em associações e com o apoio da sociedade Brasileira. Surgem então organizações não governamentais, que reuniram advogados que atuavam na defesa desses direitos concedidos pela lei federal perante o judiciário, buscando apoiar também o processo de formação de profissionais indígenas que viessem por sua vez atuar nessa área.

Hoje, o papel da FUNAI é bastante discutido no contexto das organizações e também por seus próprios funcionários. Ela ficou a margem do processo de organizações das comunidades indígenas, e em determinadas ocasiões até lutou contra o mesmo (BERNAL, 2009: 199). O fato é que esse órgão não mais atua como tutor dos indígenas, como acontecia no início de sua existência.

Para entender melhor sobre o papel da FUNAI, com os indígenas que moram na cidade, perguntamos para alguns deles: para Jucimeire como liderança de uma organização. Ela falou que a FUNAI, nada faz para ajudá-las e se faz, é somente para aqueles que estão nas aldeias. Para Rivelino Barreto, como um estudante universitário. Ele nos falou também que a FUNAI só é responsável por questões referentes à terra com aqueles que moram nas comunidades. Enfim, falamos com a senhora Pedrina, associada na AMARN e dona de casa e ela nos disse que nem sabe o que venha a ser a FUNAI.

As narrativas dessas pessoas ficaram claras com a citação seguinte de Cardoso de Oliveira (1995), a respeito da FUNAI:

A FUNAI assume um papel protetor mesmo que tímido, nos casos de conflitos referentes à terra, entre índios e não índios que invadem os territórios tribais, mas ela não tem – pelo contrário – nenhum papel quando os índios desejam criar alguma organização civil graças a uma mobilização diferente: a da opinião pública. Nenhum dos administradores, que se sucederam, na maior desordem, na presidência da FUNAI tem sido sensível a isso, os setores da segurança (do Estado) proibiram a FUNAI de apoiar qualquer organização indígena que se encontre fora do seu alcance, ou seja: independente dela. (OLIVEIRA, 1995: 10)

Neste sentido, é perceptível a necessidade de definir o papel da comunidade política indígena, a forma de participação do indígena no processo de politização no mundo contemporâneo, tem como emergência a criação de movimentos indígenas que atuem cada vez mais como grupos de interesses dentro da sociedade civil e nos espaços democráticos.

Padrões residenciais

Segundo Milton Santos, o fenômeno humano é dinâmico, e uma das formas de revelação está exatamente na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.

Como se sabe, grande parte dos indígenas do Alto Rio Negro vêm para Manaus em busca de uma vida melhor para suas famílias, principalmente no que se refere a questões de educação de qualidade para seus filhos, emprego, saúde, etc. Esses indígenas ao chegarem ao espaço urbano encontram-se inseridos em um contexto que contrasta com aquele vivido em sua aldeia.

Sem alternativas de moradia, muitos desses indígenas vão se alocando em casas de parentes quais habitam em diversas localidades da cidade. Com o passar do tempo há necessidades de ter sua própria casa, pois às vezes a família cresce em número de membros. E aí é que essas famílias saem cada vez mais para as periferias aonde estes vão aos poucos se envolvendo em uma rede de relações com não índios que assim como estes também vão de organizando em terrenos que eles mesmos delimitam e aonde eles

vão construindo suas casas de madeira ou algumas vezes dependendo de suas condições, as constroem de alvenaria.

Esse seus espaços que são delimitados onde constroem suas residências, passam a representar seus territórios que por sua vez mais do que um lugar de moradia, é também um lugar de reprodução social, cultural e identitário. Ou seja, ao se transferir para as cidades, transferem consigo também sua identidade cultural e social que passam a ser vivenciados também no contexto da sociedade moderno e ao mesmo tempo vão aos poucos se adaptando ao modelo de vida dos brancos. Morar na cidade sem perder suas referências étnicas.

No decorrer de nossas pesquisas foi feito um mapeamento acerca da localização dos Ye'pá-mâsha na cidade de Manaus, ou seja, os bairros que eles habitam e o tipo de residências onde eles moram. O que podemos perceber nesse percurso é que eles estes se encontram em vários bairros da cidade e que não há um padrão, um modelo de casa que identifique seja uma residência indígena, mas são casas normais feitas em diversos estilos que podem ser confundidas como uma casa qualquer, bem diferente das malocas onde eles viviam nas aldeias.

Na maioria dos casos, ou seja, nos bairros mais periféricos, são casas de madeira com dois e três cômodos, além de um banheiro, com pisos ou com assoalho alto, típica dos ribeirinhos ou casas de fazenda. Em outros, a casa é apenas um salão com divisão de apenas o banheiro, onde mora uma família de cinco a sete pessoas. Há também casas de alvenaria com dois e três divisões, banheiro, área de lazer e garagem, como foi a que vimos no bairro da Chapada e no São Francisco. No bairro da Redenção também podemos encontrar casa de alvenaria com três cômodos e um banheiro; na frente há uma grande cobertura que serve como área de lazer.

Pelo que se pode notar através da foto abaixo, situação, pois se localiza em terra firme e plana em um bairro popular de Manaus. Vejamos abaixo os outros estilos de residências que encontramos nos bairros de Manaus, no decorrer de nossas pesquisas contrastando com as antigas malocas onde viviam nas aldeias, expostas mais abaixo:

Casa assoalha de uma família indígena no bairro João Paulo II



Figura 5

Casa de madeira localizada próximo ao Rio Negro, no bairro Glória



Figura 6

Foto de casa de alvenaria no bairro da glória

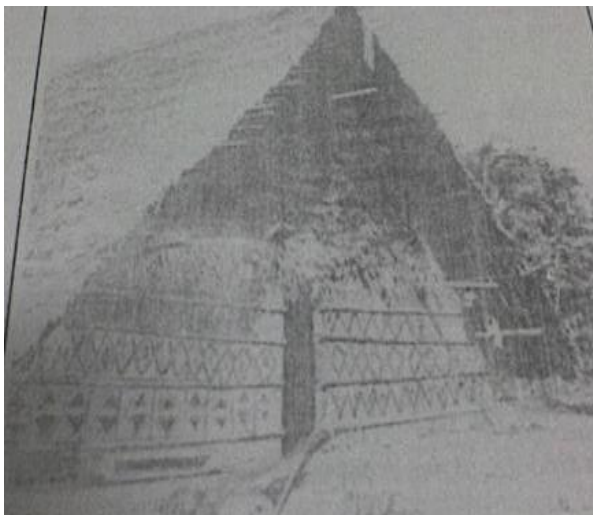


Figura 7

Foto de antigas malocas onde os indígenas habitavam nas aldeias.

Tukana Del Piraparana¹¹

plate 80 – Coto Indians¹²



Fonte: Museu do índio



Fonte: Museu do índio

Figura 8
Figura 9

¹¹ Escrito da foto do quadro no museu do índio

¹² Escrito da foto do quadro no museu do índio

Quanto aos bairros de Manaus em que encontramos indígenas do Alto rio Negro, foram 13: Redenção, Jesus me Deu, Chapada, Colônia Antonio Aleixo, São Francisco, São José, Cidade de Deus, Jorge Teixeira, Glória, São Pedro, São Raimundo, Nova Vitória, Tarumãzinho. Bairros distantes e alguns até de difícil acesso e sem saneamento básico. Em alguns com Nova Vitória e Jesus Me Deu, certos trechos das ruas são de terra solta esburacadas ou quando chove, ficam cobertas por lama. Os meios de transportes são precários e demorados. Por outro lado há casos em que a vida é bem mais fácil no sentido de melhorias nos transportes devido os bairros estarem mais perto do centro da cidade, saneamento básico, escolas de qualificação profissional, como é o caso por exemplo das pessoas que moram no bairro de São Francisco, gloria, chapada Para sobreviver, a maioria dessas pessoas trabalham fora. Os homens, na construção civil, algumas mulheres são funcionárias pública, assim como homens também, outras trabalham em casas de família há também aquelas que apenas sobrevivem dos trabalhos artesanais que produzem. E assim que essas pessoas vão sobrevivendo dia a dia na cidade de Manaus.

Intervenção do Estado e município

Com o crescimento da cidade de Manaus, assim como em outras cidades crescem as demandas de serviços públicos. Nesse sentido é importante tecer um comentário a respeito de como são desenvolvidos os serviços públicos no sentido de que possam beneficiar os indígenas que moram na cidade

Em primeiro lugar, não há políticas destinadas especificamente aos indígenas urbanos, nem por parte do Estado, nem por parte do município. Quando há políticas destinadas aos índios quase sempre é para os que vivem nas comunidades. Em conversa com Adriana Barreto (11/01/2010 – Manaus), por exemplo, ela nos falou a respeito de um documento que precisou para poder ser incluída nas políticas de cotas em universidades ou outros serviços, a RANI – Registro de nascimento indígena. De acordo com suas informações, a FUNAI não liberou tal documento pelo fato da mesma morar na cidade desde criança; em outras palavras, tem direitos somente quem mora nas comunidades.

Em outras situações como, por exemplo, para adquirir benefícios do Estado ou município, esses indígenas deverão estar cadastrados em uma espécie de banco de dados. A bolsa família é outro exemplo de políticas específica para famílias que vivem em situações precárias, abaixo da linha da pobreza, de forma generalizada. Para confirmar essa afirmação, fomos até a secretaria de Direitos Humanos e minorias étnicas, gerenciadas por Daniel Tavares e ele nos deixou claro que uma política indigenista não existe, um direcionamento dentro da matriz legislativa. O que existe, são ações de medidas paliativas para resolver questões de caráter de urgência, casos em que esteja postas em risco a dignidade e a integridade física desses indígenas. Daniel nos disse também seria montada uma reunião entre a SEMASDH (Secretaria de Direitos Humanos), a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a SEIND (secretaria Estadual dos povos indígenas) com o objetivo de montar um grupo de trabalho para começar a pensar questões dos índios no contexto urbano. Uma articulação que foi pensada a partir do processo de desapropriação dos indígenas envolvidos na invasão do parque São Pedro II ao lado da invasão da CARBRÀS, qual a SEMASDH foi convidada pela SEIND a intervir na questão, já que estava em questão a integridade física dos indígenas.

Quase todas as políticas específicas para indígenas, são para os interiores. Foi o que nos disse dona Inocência quando falamos a respeito das políticas do governo ou dos próprios órgãos indígenas e indigenistas. Ela nos disse que, em relação à educação, seus filhos disputam com os não índios as vagas nas escolas públicas estaduais e municipais pois, geralmente seus pais não têm condições de pagar uma escola particular, e por outro lado não existe escolas diferenciadas que ofereçam educação diferenciada para os indígenas, mas apenas nas comunidades. E o mesmo acontece com relação à saúde.

A FUNASA que seria responsável pela saúde indígena, não dá atenção para os indígenas. Quando vai alguém doente lá, que precisa de um tratamento ou alguém da família, eles dizem que devem procurar um posto de saúde. A verba que era repassada para a FUNASA para ser investida em serviços de saúde, hoje é repassada para o DSEI (Distrito Sanitário Especial indígena). É esse órgão quem decide o que deve ser feita com a verba.

Ao que se refere à questão de políticas habitacionais é outro fator que tem deixado a desejar do ponto de vista dos indígenas que moram em Manaus. Fomos até a Prefeitura Municipal de Manaus, mais especificamente no Departamento de Planejamento Urbano para obter informação a respeito do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus para saber a respeito dessas políticas. Como são implementadas as políticas de habitação para os povos indígenas e obtivemos as seguintes informações através da pessoa de Ricardo Braga, arquiteto urbanístico da IMPLURB:

A gente não tem uma política específica para os indígenas, porque o plano diretor abrange todas as classes sociais. O plano diretor é muito físico, de construção da cidade. Tem um item aqui que fala das áreas de especial interesse, dois tipos de áreas de especial interesse, que são área de interesse social, área de especial interesse para reestruturação urbana e de especial interesse ambiental, o item que eu acho importante é essa área de interesse social, porque nessa área de interesse especial, fala aqui no artigo 105: as áreas de especial interesse social são destinadas à implantação de política e programas para habitação de interesse social. As áreas de especial interesse social serão delimitadas por lei municipal específica definidas por essas

condições; então na realidade, o que seria essa área de especial interesse? Seriam áreas que seriam delimitadas por lei em que elas teriam parâmetro diferenciado das demais áreas da cidade, então quais são as condições para se tornarem de especial interesse social? Primeiro, são áreas ocupadas por população de baixa renda, que apresenta irregularidades urbanísticas, que são irregularidades fundiárias, segundo; áreas destinadas à promoção de habitação de interesse social inseridas em programa municipal, estadual ou federal, o terceiro; as áreas destinadas ao reassentamento da população de baixa renda que tem a sua moradia em situação de risco devidamente identificado pelo órgão público competente. Essa parte de AEIS está muito voltada para essa população, principalmente essa população de baixa renda. A gente tem já exemplos claros dentro da cidade, como por exemplo, o PROSAMIM, que retira as pessoas ali dos igarapés, das margens dos igarapés e estão reassentando essas pessoas em blocos residenciais, blocos de apartamentos. (Ricardo Braga – IMPLURB. Jan. 2010)

Então como podemos observar, o plano diretor é uma lei genérica. Instrumento de preservação dos bens ou áreas de referência urbana, previsto no artigo 182 § 1º da Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município. Ele determina o que pode e o que não pode ser feito na nossa cidade, em se tratando de atividades e empreendimentos a serem realizados! ((Lei Municipal Nº 671 de 14 de novembro de 2002)). O plano diretor atual foi promulgado em 2002, dentro do estatuto das Cidades que é uma lei federal. Seu objetivo é possibilitar que as cidades brasileiras possam crescer de forma mais ordenada, proteger o meio ambiente e garantir os direitos urbanos fundamentais, como a moradia digna e os transportes sustentáveis. Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras para organizar o território do município, que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local. Instrumento de preservação dos bens ou áreas de referência urbana, previsto no artigo 182 § 1º da Constituição Federal e no Estatuto da Cidade, é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município. Ele determina o que pode e o que não pode ser feito na nossa cidade, em se tratando de atividades e empreendimentos a serem realizados. (Lei Municipal nº671 de 14 de novembro de 2002). O plano Diretor já existia desde 1975; ele foi apenas refeito.

Vejam os abaixo as leis que justificam os motivos de não haver uma específica para uma política destinada aos indígenas:

Lei nº 671/02 – Regulamenta o Plano Diretor e estabelece as diretrizes para o desenvolvimento da cidade de Manaus.

Lei nº 672/02 – Institui as Normas de uso e ocupação do solo;

Lei nº 673/02 – Institui o Código de obras e edificações;

Lei nº 674/02 – Regulamenta o licenciamento e fiscalização de atividades em estabelecimentos e logradouros (Código de Posturas - Plano diretor de Manaus, 2000)

De acordo com os depoimentos de Ricardo a respeito da inclusão da população nos programas de habitação, principalmente aqueles moram em áreas de riscos, que são identificados pelos órgãos competentes é que podemos perceber que não há realmente políticas que favoreçam exclusivamente os indígenas na cidade de Manaus. O que existe são medidas paliativas que são destinadas às populações de um modo geral que se encontrarem em situações de extrema necessidade quanto questões de moradia. Esses moradores são incluídos em programas que possa resolver os problemas imediatos, como nos casos daqueles que moram próximos a barrancos com riscos de desabamento ou próximos a áreas alagadiças. Elas são retiradas dessas áreas e realocadas em casas populares que são construídas em AEIS (Áreas de interesse Social). Essas áreas são reservadas especialmente para alocar pessoas de baixa renda que não possuem residência ou se possuem, estão em áreas de risco, independentemente de de raça ou etnia, que é o caso do PROSAMIM, por exemplo a partir do projeto de revitalização urbana, retira as pessoas do igarapé e em seguida re assenta essas pessoas em blocos residenciais.

Outra questão de relevância é a questão dos indígenas que até o presente momento continuam alocados na praça em frente à SEIND (Secretaria Estadual para os povos indígenas) no centro da cidade. Desde fevereiro de 2010, esses indígenas se

organizaram para exigência de residências e mais precisamente de um bairro indígena que começou por meio de uma invasão, na antiga CARBRÁS.

A partir daí, se desencadeou uma luta de um lado, os indígenas que exigem uma residência onde possam morar com dignidade; e de outro, as instituições indigenistas e SEIND na tentativa de melhor forma para resolver o problema.

Para entender esse processo, fomos até a SEIND e fomos informados que o processo de resolução não envolve somente a Secretaria e os órgãos indigenistas como a FUNAI, por exemplo, mas todo o sistema político do município e também judicial. O primeiro critério é comprovar a indianidade das pessoas envolvidas no movimento, que é feito por meio de uma triagem e em seguida expedir o RANI por meio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e a partir desse registro estabelecer uma política emergencial em parceria com a SUHAB para decidir o que será feito para resolver o destino desses indígenas.

O problema disse, nos Miguel, que é assessor de gabinete do secretário, para justificar a decisão de alocar os indígenas que participaram da invasão:

...Eles não tinham para onde ir. Alguns moravam com parentes, outros moravam com conhecidos. Eles foram para a FUNAI, mas a FUNAI não tinha espaço. Havia um espaço nosso na Secretaria que serve de anexo para as atividades e o secretário tomou uma decisão de alocá-los ali de forma provisória (SEIND, 13/05/2010)

Nota-se a partir do depoimento de Miguel que a representatividade das organizações indígenas, como é o caso da própria SEIND e a FUNAI realmente não funciona dentro da cidade de Manaus, elas apenas intervêm nos assuntos no sentido de preservar a identidade étnica dessas pessoas.

CONCLUSÃO

Apoiada nos resultados finais desta pesquisa acerca dos Ye'pá-mâsha no contexto urbano da cidade de Manaus, através observação participante, por meio de participação nos eventos sobre temáticas indígenas, participação em eventos realizados também pelos próprios indígenas, como almoços de confraternização, missa realizada na AMARN (Associação das Mulheres indígenas do Alto Rio Negro), bem como as entrevistas concedidas pelos próprios indígenas, pelas lideranças das organizações indígenas e indigenistas e com órgãos públicos do município, que para nossas seguranças foram gravadas e transcritas, foram, possíveis a realização do presente texto.

Mediante esse tipo de metodologia de trabalho, além de nos fornecer uma visão mais nítida das políticas indígenas contemporâneas nos possibilitou uma compreensão através da opinião dos autores aqui em questão, os Ye'pá-mâsha o significado que as organizações têm para sua vivencia na cidade de Manaus.

Alem disso, pôde-se constatar que tanto os lideres das organizações políticas municipais, estaduais ou no âmbito indígena e indigenista têm noção das dificuldades encontradas no desenvolvimento de seus trabalhos, tanto na organização quanto na execução das políticas sociais implementadas pelas mesmas.

A partir dessas implicações, não se pode deixar de pensar nos problemas enfrentados pelos indígenas no dia a dia. O fato é que embora muitas lideranças pensem ser de grande importância o estabelecimento de parcerias diretamente com os organismos de esfera nacional e estadual, percebe-se a falta de definição política do próprio movimento indígena diante deste novo tipo de politização.

No estabelecimento de parcerias entre indígenas com entidades indígenas como a FUNAI e FUNASA, os indígenas que moram nas cidades, são prejudicadas por não poder contar com apoio total desses órgãos. Diante de todas as informações que

obtivemos até o término desta pesquisa, o que concluímos é que não existem nem por parte dos órgãos públicos municipais, estaduais, federal, políticas específicas que possam beneficiar os indígenas que habitam na cidade de Manaus, quanto à questão de moradia.

4. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRELLO, Geraldo. *Cidade do índio: Transformação e cotidiano em Iauretê*. In: *Gente de transformação: Os Tukano / Geraldo Andrello* – São Paulo. Editora UNESP; ISA, Rio de Janeiro: Nuti, 2006.

ALMEIDA, “Alfredo Wagner de. Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, castanhas do povo”, *faxinais de fundo de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Alfredo Wagner Berno de Almeida – 2ª Ed. Manaus: PGSCA – UFAM, 2008.

AUGÉ, Marc. *Los no Lugares* Barcelona, Gedisa, 1993

BASINI, José *Cartografia das alteridades cosmológicas indígenas e de estéticas de territorialização no continuum Manaus – alto rio Negro*. O caso dos índios tukano Em: Projeto PPP – FAPEAM/CNPq Manaus, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. *O Sistema dos Objetos*. SP, Perspectiva, 1976.

BERNAL, Roberto Jaramillo. *Índios Urbanos: processo de transformação das identidades étnicas indígenas em Manaus/ Roberto Jaramillo Bernal* – Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas / Faculdade Salesiano Dom Bosco, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. SP, Perspectiva, 1982.

_____ "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: *O Poder Simbólico*. RJ/Lisboa, Editora Bertrand Brasil/ DIFEL, 1989.

_____ "Espaço social e “poder simbólico”". In: *Coisas Ditas*. RJ, Editora Brasiliense, 1992.

FARIA Ivani Ferreira de *Territórios e territorialidades indígenas do Alto Rio Negro / Ivani Ferreira de Faria* – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

FRUGOLI JR, H. São Paulo: *espaços públicos e formas de interação social*. São Paulo, SESC/Marco Zero, 1995.

FULOP, Marc. *Aspecto da cultura Tukano: cosmologia e mitologia / Marc fulop (trad.) Pe. Casemiro Beksta* – Manaus. Editora da Universidade Federal do Amazonas / Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

GERTZ, Clifford. *Conocimiento local*. Ensayos sobre la interpretación de las culturas. Barcelona, Paidós, 1994.

GENTIL, Gabriel *Povo Tukano – cultura historia e valores*. Série Autores Indígenas, Manaus, Edua, 2005.

HALL, Edward. T. *La dimensión oculta. Enfoque antropológico del uso del espacio*. Madrid, Instituto de estudios de Administración Local, 1973

_____ *El lenguaje silencioso*. Ed. Patria, S.A de C.V. México, México, 1990.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL *Povos indígenas do Brasil*. Site: www.socioambiental.org. São Paulo: ISA

LEMOS Maria Tereza toríbio Brittes e MORAES, Nilson Alves de. *Memória, identidade e representação* / Maria Tereza Toríbio Brittes e Lemos e Nilson Alves de Moraes(org.) – Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

MAGNANI, J.G.C.& TORRES, L. DE LUCCA (org.) *Na metrópole. Textos de antropologia urbana*. S. Paulo, EDUSP, 1996.

OLIVEN, R. G. *A Antropologia de grupos urbanos*. Vozes, Petrópolis, 1987.

PEREIRA DA SILVA, Raimundo. N *De aldeados a urbanizados*. Aspectos da identidade étnica indígena na cidade de Manaus. Em: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da criatividade Campinas, UNICAMP, 1999.

PESAVENTO, Sandra. "*Em busca de outra história: imaginando o imaginário*". Texto para discussão, mimeo. Campinas, NUDECRI, (S/D)

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. *O tempo e a cidade* / Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2005.

VELHO, G. (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

CRONOGRAMA

Nº	Descrição	Ago 2009	Set 2009	Out 2009	Nov 2009	Dez 2009	Jan 2010	Fev 2010	Mar 2010	Abr 2010	Mai 2010	Jun 2010	Jul 2010
1	Levantamento bibliográfico	R	R	R	R	R							
3	Entrevista com os indígenas e com as instituições que desenvolvem projetos de gestão urbana.			R	R	R	R						
4	Análise de dados etnográficos e dos planos diretores e outros instrumentos de ordenamento territorial.					R	R	R					
5	Preparação do relatório parcial					R	R						
6	Preparação de apresentação oral e parcial								R	R			
7	Análise dos resultados finais									R			
8	Revisão da literatura									R	R		
10	Elaboração do Resumo e Relatório Final										R	R	
11	Preparação da Apresentação Final para o Congresso												R

